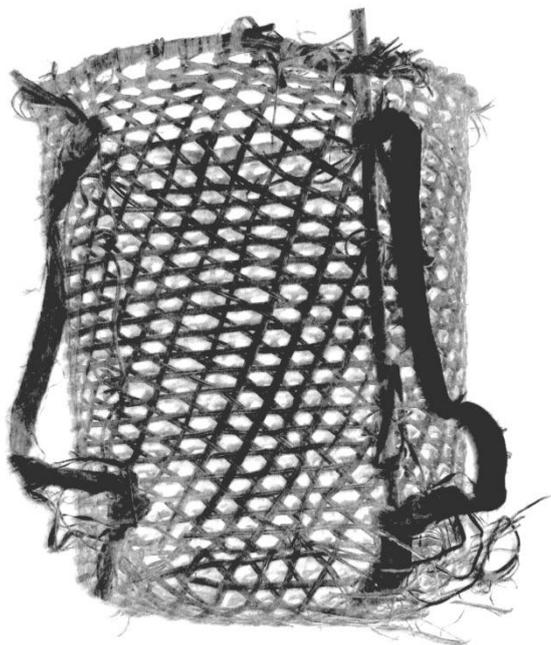




CADERNOS DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO



Programa
Implicações Socioeducacionais do Artesanato em
Oriximiná





“A tarefa da preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro.”

Aloisio Magalhães



CADERNOS DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO

Organização

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

Adriana Russi
Gilmar Rocha

AUTORIA

Adriana Russi
Gilmar Rocha
Johnny Menezes
Maria Vitória Parda

COAUTORIA DISCENTE

Ariadne Trindade
Daniela Biason
Debora Parente
Marcus Bonato
Richard Lorenz
Sonia Maciel

REVISÃO

Rejane Moreira
Sonia Maciel
Daniela Biason

DIAGRAMAÇÃO

Daniel Manhães
Gessé Mendes
Sônia Maciel

APOIO

MEC

Programa/Projeto realizado com o apoio do
PROEXT 2010 – MEC/SESu

REALIZAÇÃO



PARCERIAS



Prefeitura Municipal de Oriximiná



Construindo uma nova educação
com a força e o saber do povo



Secretaria de Cultura do Estado do Pará

PURO / UFF / PROEX / UAJV

2011

Programa
Implicações Socioeducacionais do Artesanato em Oriximiná
2011



SUMÁRIO

Apresentação	6
Cadernos de cultura e educação para o patrimônio	7
Capítulo I Educação, Cultura e Patrimônio	8
O que esse texto ou foto da página 8 nos faz pensar?	9
O Papel da escola e o significado da educação e a pluralidade cultural	11
O que é cultura?	13
Capítulo II Patrimônio Cultural	16
O conceito de patrimônio	17
Tecendo histórias	20
Como pensar a memória?	23
Tradição e inovação	24
Política de preservação	25
O IPHAN	27
Capítulo III Metodologia de Educação para o Patrimônio	29
De bens culturais à referências culturais	30
Etapas do método de educação para o patrimônio.....	31
Exemplo: As Paneleiras de Goiabeiras	32
Trabalhando com projetos	35
Pra encerrar a conversa	40
Referências Bibliográficas	41

APRESENTAÇÃO

O Departamento de Artes e Estudos Culturais, do Curso de Produção Cultural do Polo Universitário de Rio das Ostras (PURO), da Universidade Federal Fluminense (UFF), desenvolve programa de extensão na área de preservação do patrimônio cultural brasileiro no município de Oriximiná/PA desde 2008.

A etapa de 2011 denominada “*Implicações Socioeducacionais do artesanato em Oriximiná*” tem financiamento do MEC e apoio de realização do PROEXT 2010 – MEC/SESu. Trata-se de um programa com vocação interdisciplinar que envolve professores e alunos bolsistas e estagiários do Curso de Produção Cultural, assim como professores e alunos de outros Departamentos e Cursos da UFF, além de Universidades conveniadas e Instituições parceiras como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual de Santa Cruz (BA), o Centro Educacional Missão de São Pedro (RJ), a Secretaria de Cultura do Estado do Pará, as Secretarias Municipais de Educação e Turismo da Prefeitura Municipal de Oriximiná e a Unidade Avançada José Veríssimo (UAVJ/UFF).

O objetivo é o de promover uma formação humanista e técnico-científica complementar à formação acadêmica, de maneira ampliada e fecunda. Assim, a partir do inventário do artesanato tradicional, realizado à luz dos princípios da etnografia e da história oral, trabalhamos conjuntamente com os educadores da rede pública de ensino oriximinaense em ação de educação continuada. O propósito é que eles assumam o papel de protagonista em iniciativa com ênfase no patrimônio, de natureza cultural, social e educativa. A preservação do patrimônio cultural local, bem como a valorização do sentimento de identidade e de história das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, rurais de terra firme e outras, que compõem a região em foco, estão no centro das atenções do programa. Com base no conjunto de ações multidisciplinares e processuais, centradas no registro do artesanato produzido em diferentes comunidades e desenvolvidas em parceria com os educadores da rede de ensino oriximinaense, acreditamos percorrer o caminho apropriado para a educação para o patrimônio.

Adriana Russi & Gilmar Rocha

Coordenadores do Programa



CADERNOS DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO

Os Cadernos de Cultura e Educação para o Patrimônio foram pensados para serem muitos. Guardam o caráter experimental de nossa proposta de educação para patrimônio que, como veremos adiante, articula pesquisa sobre o patrimônio cultural numa abordagem de trabalhos por projetos na escola. Procuramos também, com esse material, promover formas de registrar tal experiência.

Esse volume, escrito a várias mãos, possibilita múltiplas leituras. Ele não é linear, já que não exige uma leitura seqüencial. Para se chegar ao final não é preciso ter lido os capítulos iniciais. Assim, ele pode ser lido de trás para frente, do meio pra trás, ou ainda ser lido aos poucos, parte a parte em diferentes momentos. Nele não há uma ordem lógica de conteúdos. Resultou de encontros entre docentes e discentes da UFF que partiram das etapas anteriores em Oriximiná - tanto as pesquisas sobre o artesanato realizadas em campo junto às comunidades, quanto aquelas desenvolvidas nos vários encontros que tivemos com os educadores da rede pública de Oriximiná.

A autoria múltipla está expressa nos textos. É polifônico na medida em que incorpora textos informativos, reflexivos, laborais ora mais densos, ora nem tanto.

A seleção dos temas apresentados resulta de uma escolha sobre aspectos que consideramos relevantes para o trabalho com o patrimônio cultural no cotidiano escolar.

Nossa proposta com esses Cadernos não é o de apresentar conceitos prontos tal como costumamos ver em livros didáticos. Antes queremos convidar @s leitor@s a passear conosco nessa aventura – de conhecimento, sensibilidade e inclusão do patrimônio cultural em nossas escolas.

Desejamos ainda que essa nossa aventura se torne um grande prazer.

Que possamos fazer um bom trabalho junt@s!

Adriana Russi



I. EDUCAÇÃO, CULTURA E PATRIMÔNIO

Trançando o Tipiti
Foto: Sonia Maciel / Julho 2010

CAPÍTULO I

Após ler esse capítulo você poderá entender com mais propriedade as seguintes questões:

- ✓ A indispensabilidade da educação em qualquer sociedade
- ✓ A educação para cidadania
- ✓ A ampliação do conceito de cultura
- ✓ Um novo entendimento de educação patrimonial

“Pro balaio ficar bem feito, precisa de capricho. Capricho é *destalar* a taquara bem *destaladinha*, levantar bem o balaio. Não é tirar a taquara de qualquer jeito pra tecer. Pra ficar bonito carece saber armar o balaio. Mas tem tanta coisa... porque o balaio pode fazer do tamanho que queira. Pode fazer pequenininho, grande, porque antigamente essa turma me pedia muito balaio, aquele joguinho daí ia indo até inteirar seis balaios. Um pra colocar uma coisa, outro para outra coisa. Em comparação, era como aquele jogo de lata”.

Adriana Russi Tavares Mello. **A cestaria como trançado de memórias – a estética da produção cesteira na região do rio Juquiá-Guaçu**. Dissertação de mestrado em Antropologia, PPGCS/PUC-SP, 2001, p. 144.

O que esse texto ou a foto da página 8 nos faz pensar?

O que podemos ler nesse pequeno depoimento de uma moradora do Vale do Ribeira, em São Paulo, sobre a fabricação do balaio ou cesto de taquara? E o que a foto da página 8 nos revela? E o que ela nos leva a pensar sobre o que chamamos de artesanato?

Será que essa preocupação com o capricho na fabricação do balaio ou cesto de taquara também é comum às pessoas que moram em outras localidades do Brasil?

Na verdade, esse pequeno depoimento nos ajuda a iniciar uma reflexão e uma conversa sobre a cultura, a identidade, a memória, a educação, o patrimônio. Muitas vezes esses termos parecem querer dizer a mesma coisa ou então soam estranhos e desconhecidos para muitas pessoas, mas eles podem ser muito úteis para a gente entender melhor a importância de certas coisas que a gente faz no dia a dia da nossa aldeia, da nossa comunidade ou da nossa cidade.

Por exemplo, será que todo mundo sabe, já viu ou conhece um balaio de taquara? Existem quantos tipos de balaio e quantos tipos de taquaras? Existem balaio feitos de outros materiais? E para que servem os balaio?

Tem gente que usa esses balaios para trabalhar na roça, para carregar coisas. Tem outras pessoas que usam os balaios para enfeitar as suas casas. Tem balaios que são sagrados, pois servem para embalar e guardar coisas como a comida, as armas e o morto. Existem outros que preferem colocar os balaios nos museus para mostrar como eles podem ser úteis e bonitos, além de dizer que são importantes para a vida de uma aldeia ou comunidade.

Na verdade, para nós, o baliao é um artefato que sabemos ser útil, bonito e importante, e por isso mesmo, também merece nossa atenção. Primeiro porque ele é uma coisa comum na vida de muitas pessoas e, talvez, por isso mesmo, nem sempre damos muita importância a ele. Segundo, o baliao é também objeto que está relacionado a muitos outros objetos, práticas e representações dentro de uma sociedade. Assim, além do baliao servir para carregar muitas coisas também carrega muitas ideias e perguntas que podemos fazer como, por exemplo: quem os fabrica? Quais os materiais e instrumentos usados na sua fabricação? Onde são utilizados? São produzidos para uso doméstico ou para fins comerciais? Existe um saber/ fazer específico para sua produção? Existem histórias sobre os balaios? Eles têm relação com os rituais? Quem ensina as pessoas a confeccionar os balaios?

Enfim, o baliao, como muitos outros objetos e práticas que chamamos de artesanato e/ou patrimônio, pode ser visto como uma espécie de “fato social total” (seguindo o conceito de Marcel Mauss), ou seja, é o resultado de uma história, de uma tradição ao mesmo tempo em que é parte de uma cultura e está relacionado à memória social de um grupo, à sua economia, à sua religião, à sua moral etc. Tudo isso contribui para formar o que nós definimos como processo de construção de identidade social ou cultural de um grupo humano. É quando todo um grupo ou comunidade passa a ser identificado em relação a um objeto ou prática cultural, que pode ser a produção do baliao, de um tipiti, ou de uma festa, ou um tipo de panela, ou um tipo de comida. Nesse sentido, nos aproximamos também da noção de patrimônio cultural que será apresentada mais à frente.

Portanto, tal como o baliao, também as festas, as orações, as narrativas míticas, os rituais, as comidas, as roupas, os remédios, e muitas outras coisas são “objetos” que merecem a nossa atenção porque falam sobre como a gente pensa. Tudo é expressão de pensamento, por exemplo, quando dizemos que uma coisa é bonita, feia ou bem feita e caprichada; quando a gente se relaciona uns com os outros, e também com a natureza, as



plantas, os animais, os espíritos; quando a gente celebra a vida, cuida da saúde e das doenças; ou quando a gente se emociona, diz o que é bom e ruim, estamos pensando.

Em resumo, podemos estender às festas, aos rituais, aos mitos, à comida, à mobília, ao vestuário, aos instrumentos musicais, aos instrumentos de trabalho, de caça e de pesca, e a muitos outros objetos e práticas culturais, a observação de um importante antropólogo brasileiro que diz o seguinte:

“o fato importante a considerar aqui é que eles [o objetos] não apenas desempenham funções identitárias, expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais, mas na verdade organizam (na medida em que os objetos são categorias materializadas) a percepção que temos de nós mesmos individual e coletivamente”.

José Reginaldo Santos Gonçalves. **Antropologia dos objetos – coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro**, Garamond, 2007, p. 27.

Todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano. Descobrir esta rede de significados, processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados – que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização – é uma das tarefas específicas da Educação para o patrimônio.



Foto: Celso Pitta 2010

O papel da escola: o significado da educação e a pluralidade cultural

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394 de 1996) tem como eixo norteador o exercício pleno da cidadania.

Você sabe o que é cidadania? Você sabe o que é ser cidadão?



Cidadão é ser sujeito de direitos e deveres. É ser respeitado, no sentido amplo da palavra. Não é ser excluído porque se é diferente. Você se sente um cidadão? Como se exerce a cidadania do seu grupo social? O que você entende por cidadania?

Mas, apesar de tudo, a cidadania se conquista com participação. E a educação e a escola podem ter um papel importante nesse processo.

Assim, cabe à escola não somente ensinar a ler e a escrever, ela deve também contribuir para a construção de relações de confiança e de auto reconhecimento do estudante. A escola deve proporcionar uma formação na qual a circulação de valores, ideias, crenças, preceitos morais e éticos, contribua para a promoção de atitudes que levem em conta uma melhor relação do estudante com o patrimônio que faz parte de sua vida. A escola, então, pode ser um lugar de aprendizagem, de sociabilidade, de criatividade e promoção da cidadania.

Sendo a escola um espaço de natureza multidisciplinar e multifacetado, é nela que partilhamos um cotidiano onde o simples olhar-se permite a constatação de que somos todos diferentes e, por sermos diferentes, somos únicos e singulares. Mas, também a escola permite a descoberta de muitas coisas em comum. Por exemplo, mesmo com a história de vida de cada um, o que faz com que sejamos um “nós”? O que de comum permite pensar em uma identidade? O que é idêntico entre “eu” e o “outro”? O desenvolvimento de projetos comuns pode ser um bom mecanismo de unir as pessoas em torno de um ideal.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), o tema da Pluralidade Cultural traz consigo, de maneira determinante, a participação. A criação cultural se dá como obra coletiva, é o resultado da contribuição de muitos. Abrir de fato a possibilidade de participação do educando no cotidiano da sala de aula de maneira ativa é colaborar para que se compreenda a própria realidade, enquanto percebe e vivencia a possibilidade de transformação social.

A participação no cotidiano deve envolver a capacidade de decisão, estimular a iniciativa de propor atividades comuns e combinadas, propor caminhos alternativos, sugerir formas de organização do dia a dia. Envolve também a prática de auto avaliação contínua do desempenho na interação em sala de aula e de manifestações críticas aos colegas, combinando crítica e cordialidade.

É decisivo propiciar um ambiente respeitoso, acolhedor, que inclua a possibilidade de o aluno trazer para a sala de aula seu próprio repertório linguístico e cultural. Falas, costumes, saberes e tradições diversas que sejam vivenciadas pelos alunos compõem uma



base para a ampliação de informações sobre outras culturas. Organizar esse conhecimento, de forma que possa dar-se a conhecer, permite a integração entre o vivido e o aprendido. Esses repertórios, construídos nas relações familiares e comunitárias trazem elementos culturais diferenciados, por exemplo, a cultura dos imigrantes; a cultura religiosa dos afrodescendentes, etc. A valorização do patrimônio cultural do Brasil implica o reconhecimento da diversidade de padrões culturais que caracterizam a convivência social na escola.

Para entender o simbolismo das expressões culturais, é preciso perceber a sociedade produtora daquela manifestação cultural. O produto cultural de um grupo não pode ser tratado como um fato isolado. Nesse sentido, é que pensamos o artesanato como uma espécie de “fato social total”, ou seja, o artesanato tem que ser visto ao mesmo tempo como um complexo convergente entre economia, estética, tecnologia, técnicas corporais, etc. Pense na teia de significados em que o artesanato está envolvido. Você seria capaz de mostrar essa “teia de significados” a partir de um exemplo de artesanato de sua cultura?

Em suma, falar em educação e escola é também falar de mecanismos de transmissão de saberes tradicionais. Essa transmissão se dá de varias maneiras como, por exemplo, pela escrita, narrativas míticas, técnicas corporais, organização dos rituais, imitação. Em outras palavras, falar de educação e escola como mecanismos e meios de transmissão de saberes e fazeres tradicionais é falar também de cultura. Mas, afinal, o que é cultura?



Foto Celso Pitta 2010

O que é cultura?

Todo mundo tem cultura e/ou vive numa cultura. Mas, você sabe o que é cultura?

Embora a gente viva em uma cultura isso não impede de vivermos e aprendermos com a cultura dos outros. Quais são as culturas vizinhas de vocês ou que vocês conhecem? Mesmo dentro de uma sociedade pode-se ter mais de uma cultura?

A cultura está relacionada a muitas outras ideias como identidade, memória, tradição, educação e patrimônio. Por isso é importante esclarecermos antes o conceito de cultura para, num segundo momento, mostrarmos a sua relação com essas outras ideias.

Primeiro, em nossa sociedade, cultura é um conceito que utilizamos para tentarmos entender o significado de muitos comportamentos, atitudes e expressões que dizemos e fazemos no cotidiano.

Assim, a cultura pode ser definida como o conjunto de “coisas” (objetos, ideias e expressões sentimentais) que integram a nossa vida e fazem parte da nossa história como, por exemplo: os mitos narrados aos filhos; os objetos produzidos para o trabalho que chamamos de artesanato; os lugares importantes como a casa e o cemitério; os rituais nos quais festejamos os espíritos, os deuses ou os santos; as técnicas e os instrumentos que utilizamos na hora da caçar, de pescar e de plantar; os animais domesticados e os que representam perigo; as plantas usadas para fazer remédio; as formas de cozinhar os alimentos; os modos de cobrir e enfeitar o corpo; as brincadeiras das crianças; o jeito de dançar e a maneira de cantar etc. A cultura não está separada da natureza e as “coisas” têm relação umas com as outras.

Todos os grupos humanos têm sempre algum tipo de estória que conta a origem do mundo. Por exemplo, todo mundo conhece ou já ouviu falar nas histórias da Bíblia. Você seria capaz de lembrar e contar alguma outra história parecida? Ou então, uma história que contasse a origem dos homens, dos animais e dos espíritos? Enfim, uma história sobre a origem da vida e/ou do mundo?

Outro exemplo sobre o mito que narra a origem do fogo (e suas várias versões), apesar da moral contida na estória, pode revelar muito da maneira como os índios pensam sobre certos animais, sobre certas relações de parentesco, sobre formas de sociabilidade, etc.

Por sua vez, uma dança requer aprendizado. O que ela nos ensina? É preciso saber em qual momento e lugar ela acontece. Qual movimento do corpo ela exige? O que os mais velhos dizem sobre a dança? O que o corpo nos diz quando se dança? O que ela representa para as pessoas?

Quais as estórias que são contadas para as crianças? Qual a importância delas? É importante que sejam preservadas? Por quê?

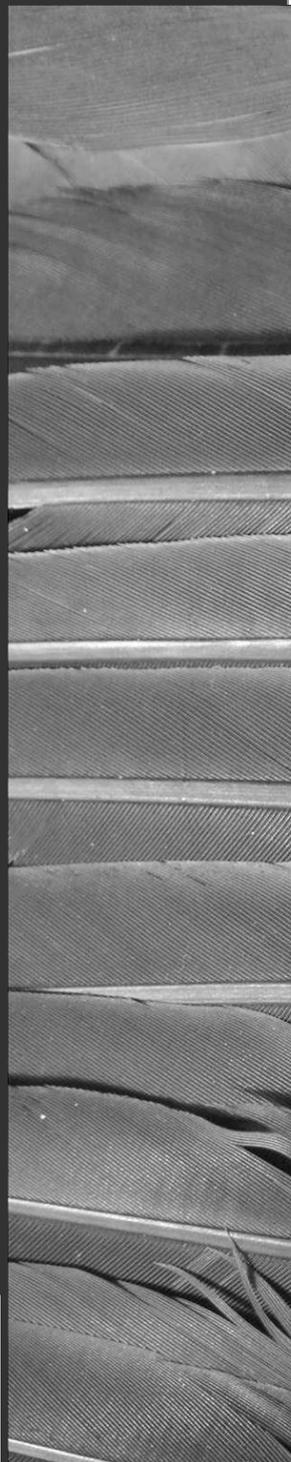
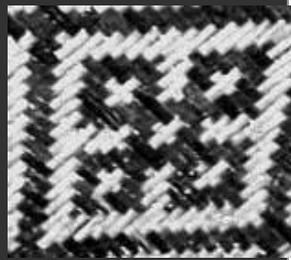


Como a cultura é passada dos mais velhos para os mais novos, junto às pessoas da família e também entre os amigos no dia a dia, nem sempre estamos cientes de que somos produtores de cultura ou que estamos fazendo cultura. Às vezes, isso fica mais claro quando tomamos certas decisões, quando fazemos certas escolhas, quando lutamos por certos direitos, quando defendemos certos valores, enfim, quando elegemos certas “coisas” como símbolos, ainda que tudo isso se pareça com uma ação política (e, na verdade é), estamos também fazendo história e produzindo cultura. Assim, política é cultura, bem como a religião, a economia, as artes são cultura.

Portanto, mesmo que a cultura se materialize em “coisas” que, como já vimos, pode ser um balaio, um mito, uma festa, uma comida, uma dança, mas também um saber, uma experiência, um “dom” religioso, o importante é a concepção e/ou a visão de mundo nela incorporada.

A cultura é um fenômeno social e, como tal, é resultado de uma ação coletiva. Significa que a cultura é coletiva, pública, dinâmica e nunca completamente homogênea, ou seja, nossa socialização cultural é sempre parcial. Essa relativa incompletude da cultura é o que nos permite criar e recriar novos objetos, novas práticas, novas representações, enfim, novos significados.

Geralmente tendemos ver as coisas da cultura como se fossem coisas naturais: sempre foi assim, sempre fizemos assim, meus pais faziam assim, meus ancestrais fizeram assim. Quando dizemos isso e pensamos desse modo estamos definindo a cultura como tradição, ou seja, como o conjunto de conhecimentos e práticas sociais transmitidas através das gerações com a finalidade de sua perpetuação. Mas, quando passamos a escolher, a definir, a eleger certos objetos, práticas e expressões sentimentais como símbolos de uma cultura, estamos percorrendo o caminho do terreno político do patrimônio.



II. PATRIMÔNIO CULTURAL

Cocar
Foto: Celso Pitta
/ Julho 2010

Pilão
Foto: Bárbara Hilda / Julho 2010





CAPÍTULO I I

Após ler esse capítulo você poderá ter uma visão mais aprofundada sobre os seguintes temas:

- ✓ A noção de patrimônio
- ✓ As diferenças entre patrimônio material e imaterial
- ✓ A relação entre patrimônio e identidade cultural
- ✓ Como a memória pode ser pensada:
 - ✓ para além da dicotomia memória/esquecimento
 - ✓ para além da memória individual e coletiva
- ✓ O que é tradição
- ✓ Como acontecem as políticas de preservação
- ✓ Registro e salvaguarda do patrimônio

O conceito de patrimônio

Patrimônio é “aquilo” que escolhemos de nossa cultura que queremos que seja “guardado” para ser transmitido. Numa perspectiva histórica o conceito de patrimônio passou por uma série de mudanças ao longo do tempo. A noção de patrimônio, que vem da antiguidade, confunde-se com a ideia de “propriedade herdada” num âmbito privado. Com a formação das nações modernas, assumiu um significado público. Neste sentido, prédios e monumentos foram escolhidos como exemplos de patrimônio que simbolizavam o poder de uma nação. Assim, durante muitos anos o patrimônio esteve intimamente relacionado à política de preservação dos monumentos arquitetônicos. Contudo, no mundo ocidental vem se discutindo, desde o final dos anos 1970, outras formas de representação de uma nação, sociedade ou grupo. Concluiu-se que inúmeras manifestações culturais também simbolizam esses grupos e que patrimônio não se restringe apenas aos prédios e monumentos.

Dessa forma, nos últimos anos, o patrimônio deixou de ser visto como algo edificado, condensado na expressão “pedra e cal”, e passou também a designar toda a dimensão imaterial e simbólica da cultura. Em outras palavras, também são considerados patrimônios os mitos, os ritos, as festas, as comidas, as danças, ou seja, tudo aquilo que encontramos na cultura.

O que entendemos por patrimônio cultural pode ser compreendido como patrimônio material e imaterial. Patrimônios materiais são os edifícios, as casas, as mobílias, os vestuários, os instrumentos de trabalho; já os patrimônios imateriais ou também chamados intangíveis podem ser as festas, as comidas, as danças, as músicas, as pinturas corporais, os rituais, ou seja, são os atos, as práticas e os lugares que guardam uma memória,



um saber, uma experiência de um grupo social. Portanto, o patrimônio, seja material ou imaterial, tem relação com a cultura de um grupo social, aldeia, comunidade ou cidade.

Como dissemos, patrimônio é “aquilo” que escolhemos de nossa cultura para ser “guardado” e transmitido. Muitas vezes essa escolha decorre de uma ação política consciente. Essa ação política pode ser organizada e implementada por um poder público instituído como os governos municipais, estaduais ou federais. O patrimônio tem uma história e vamos acompanhá-la através dos textos sobre política de preservação desse

Maria Laura Cavalcanti & Maria Cecília Londres Fonseca.
Patrimônio imaterial no Brasil – legislação e políticas estaduais.
 Brasília, UNESCO-Educarte, 2008, p. 12

caderno. Nesse momento, vale lembrar, o que o Decreto Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, define como patrimônio cultural imaterial: *“as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestada por indivíduos ou grupo de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social”*. Essa definição coloca em

destaque o fato de que, não menos importante que a cultura, a compreensão do patrimônio cultural imaterial nos leva a destacar ainda as noções de tradição e de identidade na sua composição. A combinação dessas noções apontam para a seguinte proposição:

“toma-se a tradição no seu sentido etimológico de 'dizer através do tempo', significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo para o grupo, um vínculo do presente com o passado”.

Maria Laura Cavalcanti & Maria Cecília Londres Fonseca. **Patrimônio imaterial no Brasil – legislação e políticas estaduais.** Brasília, UNESCO-Educarte, 2008, p. 12

Entre as ações políticas de preservação vigentes há o registro de manifestações culturais tidas como patrimônio de certos locais/grupos. Assim, o Decreto Lei n. 3.551, estabelece quatro livros de registros para o Patrimônio Imaterial, a saber:

- a) Saberes: conhecimentos, modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- b) Formas de Expressão: literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- c) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- d) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Idem, p. 19.

Com base nessas definições perguntamos: qual ou quais objetos e/ou práticas culturais vocês definem como sendo patrimônio da sua aldeia ou comunidade? E por quê?

Não pretendemos fazer a história do patrimônio, mas podemos lembrar que há muito tempo atrás os objetos coletados nas culturas populares como, por exemplo, instrumentos



musicais, instrumentos de trabalho, de caça e de pesca, panelas, objetos utilizados dentro das casas, eram expostos em museus de história, folclore ou etnografia. Muitas vezes essa exposição não dimensionava a real importância desses objetos em seus contextos de origem. Assim, era com misto de curiosidade e exotismo que tais objetos eram apresentados ao público, sem a devida explicação e contextualização.

Como dissemos, a partir da década de 1970, a política cultural toma o patrimônio cultural como algo a ser levado a sério, e, a partir desse momento, os estudiosos defendem uma participação coletiva da sociedade na elaboração de estratégias e políticas de preservação do patrimônio:

“A participação das pessoas envolvidas nos processos de reconhecimento patrimonial é de importância fundamental, uma vez que o valor cultural das referências não é dado somente pelos técnicos especializados, utilizando critérios próprios de seus respectivos ofícios, mas principalmente pelo valor de testemunho histórico e de concentração de significados atribuídos pelo grupo social ao bem tombado”.

Aline Sapienziskas Canani. “Herança, sacralidade e poder – sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Ano 11, n. 23, p. 163-175, p. 2005, p. 174.

Maria Cecília Londres Fonseca.
“Referências culturais – bases para nova política de patrimônio”. **Políticas Sociais – acompanhamento e análise**.

A definição do que é patrimônio envolve, portanto, processo político de preservação, escolha e produção de sentido. Ou seja, é partir do que os indivíduos entendem como sendo de fundamental importância para a sua cultura que se pode atribuir a um objeto ou prática o sentido de patrimônio cultural ou de referências culturais como sugere Maria Cecília Londres **Fonseca**.

Mas será que estamos sempre conscientes disso? Como sabemos que uma “coisa” é importante para as nossas vidas? Até que ponto essa “coisa” nos afeta? Faz parte da gente?

O patrimônio constitui um importante mecanismo na produção da identidade cultural de um grupo social, de uma aldeia ou comunidade. Ele funciona como “objeto” a partir do qual os indivíduos ou a coletividade se identifica no tempo e no espaço, promovendo um sentido de história e de identidade social ou cultural. Assim, o reconhecimento do patrimônio cultural (material ou imaterial) se revela como um caminho possível para se aprender sobre as práticas, os desejos e o sistema de pensamento de uma determinada cultura ou sociedade.

A propósito, façamos um exercício: frente à identificação de uma referência cultural ou de um patrimônio cultural (material ou imaterial) como, por exemplo, uma comida ou certa bebida, podemos nos perguntar por que essas comidas ou bebidas assumem um valor ritual numa cultura? A sua cultura tem alguma comida ou bebida vista como especial? Essa comida ou bebida é tradicional? Os antigos a usavam? Qual a história dessa comida ou bebida? Quem na sua comunidade sabe fazer esse alimento? Quem ainda faz esse alimento? Quais os produtos utilizados? São produzidos de maneira individual ou coletiva? São consumidos de maneira individual ou coletiva? São feitos em ocasiões especiais? Continuam sendo feitos ainda hoje? Mudou seu modo de fazer? Esse alimento tem importância econômica? E religiosa? São sagrados ou profanos? É feito com capricho? Por quê? Enfim, essas perguntas nos ajudam a perceber se essa comida ou bebida são patrimônio de um grupo social, aldeia ou comunidade. Comidas e bebidas, assim como tecidos dos artesãos, nos levam ao campo das identidades e da memória social.



Foto Celso Pitta 2010 /Colar Morototó

Tecendo histórias

Não nascemos cariocas, nem *Kaxuyana*, nem oriximinaenses ou paulistanos. Tornamo-nos o que somos. Esse processo, que é absolutamente cultural e temporal, não está marcado em nossa genética. Não há uma essência ou substância que nos é anterior ao nosso nascimento para que sejamos cariocas, por exemplo. Esse processo, em constante construção, que marca a vida do indivíduo, de um povo e de uma sociedade, é repleto de permanências e transformações, lembranças e esquecimentos, marcando e configurando os diferentes grupos humanos.

Nessa parte do texto trataremos da estreita relação entre memória e identidade, ou como a tessitura da memória compõe a formação dos modos de vida de pessoas ou grupos, a ponto de marcar certa assinatura de identidade social. Podemos dizer que somos e nos



tornamos o que somos através de nossas lembranças e de nossos esquecimentos. Se esquecermos tudo que foi vivido ou se lembrarmos de tudo, provavelmente não conseguiríamos existir. Desde pequenas ações cotidianas, como perceber uma planta, e reconhecê-la para algum tipo de uso, até ações coletivas, em que várias pessoas se dividem e se organizam para juntas realizarem a construção de uma casa ou uma festa, notamos que a lembrança e o esquecimento atuam como grande componente de seleção e criação das identidades sociais de um povo.

Como exemplo, trazemos o caso do *wenehu*, um tipo de artefato feito de algodão fiado, usado como tipóia para carregar criança de colo, produzido por mulheres indígenas *Kaxuyana* e *Tiriyó* que vivem na

aldeia *Warahatxa yowkuru*, denominada *Santidade* em português, localizada às margens de um igarapé afluente do belo rio Cachorro, que desagua no rio Trombetas.

Os índios *Kaxuyana* migraram de suas terras originais em 1968, passando a viver no Parque Indígena do Tumucumaque: na Missão (no Rio Paru de Oeste), local habitualmente ocupado pelos *Tiriyó*, com quem passaram a se relacionar. Contudo, nunca abandonaram o velho sonho de regressar ao seu território ancestral e desde os anos de 2000, famílias *Kaxuyana* e *Tiriyó* deixaram a Missão e voltaram para o rio Cachorro, para viver na aldeia *Warahatxa Yowkuru*.

Nazaré, uma das mulheres *Kaxuyana* mais velhas dessa aldeia, era jovem quando teve que abandonar suas terras. A narrativa de Nazaré sobre o deslocamento do território de origem para a Missão aconteceu durante as explicações de como se faz *wenehu*. Nazaré aprendeu a fazer *wenehu* com as mulheres *Tiriyó* da Missão, mas suas lembranças remetem aos tempos de sua mãe viva e de como ela e suas tias usavam o algodão preparado para este fim. A manutenção dessa prática, ou seja, confeccionar *wenehu*, ainda hoje, faz emergir diferentes lembranças – lembranças não apenas das técnicas, mas também de certo modo de ser *Kaxuyana*.

Vamos, então, pensar um pouco sobre os problemas referentes à memória e à formação de identidade a partir desse relato. O quanto dessa narrativa reflete as lembranças e esquecimentos que Nazaré construiu ao longo desses anos todos? O quanto dessas lembranças são também lembranças dos *Kaxuyana* e não apenas de Nazaré? Ou o quanto as

Esse relato refere-se às observações de Adriana Russi que desenvolve pesquisa de doutoramento entre os *Kaxuyana* da aldeia *Santidade*, simultaneamente à realização do “Programa de Extensão Educação Patrimonial em Oriximiná”. Essa pesquisa é denominada “*Tamiriki, a casa grande: memória e identidade entre os Kaxuyana de Oriximiná*”, teve início em 2010.



lembranças expressas por Nazaré atravessam a sua pessoa e os eventos dos seus, de hoje e de ontem, e que por isso não podem ser classificadas como individuais ou coletivas? O que se trata nesta narrativa é a manutenção em outro território de uma arte antiga e constitutiva das mulheres *Kaxuyana*? A marcação rígida de uma identidade em face das transformações forçadas, o lamento de dias que não voltam mais? Ou ao narrar este lamento (individual e coletivo), ao confeccionar com as mulheres *Tiriyó* o *wenehu*, não estariam elas construindo com os *Tiriyó* uma marca comum e coletiva, uma identidade social? Buscar lembrar não apenas para marcar uma perda e um mundo que não volta mais, mas também para construir um mundo comum? Até que ponto lembrar é voltar ao passado? Será que também lembramos para nos havermos com o presente que se apresenta? Se o presente não oferecesse estas novas condições (migração forçada, encontro com o povo *Tiriyó*) a narrativa de Nazaré e suas lembranças seriam as mesmas?

Numa manhã, Isabel, uma das mulheres velhas da aldeia, que é *Tiriyó*, fiava o algodão que ela mesma havia plantado e colhido. Para essa tarefa empregava um fuso de madeira com formato de flecha e duas sementes numa das pontas. Foi seu marido João do Vale, *Kaxuyana*, quem confeccionou o fuso. O algodão fiado seria usado na confecção de uma rede, mas poderia servir para fazer *wenehu*. Os antigos costumavam utilizar o algodão para fazer tanga também.

O algodão é matéria prima de redes e do *wenehu*. Depois de plantado, se deve esperar até que o algodão fique bem branco para ser colhido e seco ao sol. No preparo do algodão, usa-se um objeto de madeira, espécie de flecha, denominado *ptrakma* (fuso) para auxiliar na retirada dos caroços. Os chumaços de algodão sem caroço são colocados num recipiente para depois serem “amaciados”. Antes de fiados, esses chumaços de algodão são enrolados no braço, como um fio bem grosso. Só depois é que se fia; ou seja; só depois é que



Foto: Adriana Russi 2010 / *Wenehu*

se faz o fino fio usado para confeccionar redes, *wenehu*, cintos etc. O algodão fiado é enrolado como um novelo e fica acondicionado numa cuia. Com o algodão já fiado, Nazaré prepara o bastidor, constituído por quatro pedaços de madeira roliça. As duas madeiras colocadas na vertical são mais compridas que as horizontais (como na foto ao lado). A primeira etapa, já com a estrutura de madeira montada, consiste em

esticar o fio da urdidura, que fica na horizontal. A segunda etapa, a da trama, ocorre logo a seguir. A trama é tecida na vertical. A medida da urdidura deve ser compatível com o tamanho da mulher que utilizará o *wenehu*; isto quer dizer que deve ter a medida da diagonal de um ombro ao lado posterior na cintura da mulher, onde a pequena criança pode ser acomodada confortavelmente durante o transporte. Nazaré terminou a explicação dizendo que a urdidura deve ficar bem apertada caso contrário fica “frouxa e feia”.

Apesar de ter aprendido com mulheres *Tiriyó*, Nazaré relatou que as velhas *Kaxuyana*, como sua mãe e tia, ensinavam enfiar o algodão às moças, que sentadas observavam fazer *wenehu*, tanga, cinto de homem com miçangas. Mesmo tendo aprendido com as *Tiriyó*, esta prática aciona lembranças dos *Kaxuyana*. Hoje, as velhas querem ensinar a fazer *wenehu*, mas as moças não querem aprender. Elas querem fazer outros tipos de artefatos, como pulseiras. Essas moças freqüentam a escola, diferente por exemplo de Nazaré e Isabel quando eram jovens. As moças gostam de fazer enfeites de semente de marámará ou de miçanga. Além de pulseiras, fazem muitos colares e bolsas. Que novas tessituras da memória estão se formando? Diante de que potências de lembranças e esquecimentos essas jovens estão construindo?

Como pensar a memória?

A partir desse texto, podemos perceber alguns pontos importantes para discutir a respeito da memória e da construção das identidades sociais:

1. A memória individual está ligada à memória coletiva; ou toda memória é um pouco dos dois, sendo a diferença apenas uma diferença de grau e não de natureza?
2. A memória e o esquecimento seriam estados ou fenômenos fixos, regidos por regras também fixas ou estariam sempre num processo de construção e transformação? Trata-se de estados ou de experiências do “se fazendo”?
3. Lembrar é sempre manter algo (acontecimentos, sentimentos, procedimentos...) de um passado perdido, sendo, portanto oposto ao esquecimento que seria a perda de algo? Ou podemos pensar o lembrar e o esquecer como processos ativos e complementares da construção de um presente que está em constante criação? Podemos conciliar na memória as potências de manutenção e criação?
4. As dicotomias, individual e coletivo, passado e presente, lembrança e esquecimento, manutenção e criação, fato e história, natureza e cultura, entre muitas outras nos ajudam ou atrapalham na descrição e compreensão dos problemas da relação entre identidade e memória. Pensar por oposição e dicotomias nos ajuda a compreender os fenômenos da memória e identidades sociais?

5. Afinal, como a compreensão da memória e a identidade social se fazem importantes na definição do patrimônio cultural?

Existem “tipos de memória”, modos de esquecer e de lembrar diferentes de acordo com as vivências culturais distintas? Ou seria a memória um fenômeno universal e comum aos homens? As memórias não seriam nem individuais nem coletivas, mas estariam apontando para experiências que vão formando histórias. Assim, o que importa não é onde se expressa a memória, mas as formas e modos de expressão, seus processos de constituição e seu efeitos concretos nas formações culturais.

Mas, qual a relação disso com o patrimônio?

Tradição e inovação

O que é tradição?

Geralmente, pensamos na tradição como aquilo que é antigo, coisa do passado. Portanto, a tradição tem uma estreita relação com o tempo.

O problema é que, muitas vezes, as pessoas têm uma concepção de tempo diferente. Assim, frequentemente vemos pessoas se referindo a uma coisa como sendo de “antigamente” quando, na verdade, nem faz tanto tempo assim que aconteceu. Se a tradição desaparece ou se transforma frente aos avanços da modernidade cabe compreendê-la como processo cultural humano, ou seja, dinâmico.

Há quem considere tradicional “aqueles aspectos do comportamento, dos costumes, do ritual ou do uso de artefatos que foram herdados das gerações anteriores”. Nessa perspectiva, a tradição teria uma dimensão conservadora, pois o presente repete o passado através daquilo que dele herdou. Por outro lado, sabemos que os sistemas culturais estão em contínuo processo de modificação. Assim, entre as práticas de tradição e inovação podemos citar as adaptações que diferentes grupos fazem quanto às matérias-primas empregadas na confecção de inúmeros artefatos. Lembra do caso do balaio? Pois é, destacamos aqui a substituição do fio da entrecasca de embira pelo fio de explosivo, realizada por moradores da área rural do Vale do Ribeira/SP (nos municípios de Juquitiba, Ibiuna e Tapirai), na confecção de peneiras. Confira nas fotos da página seguinte.

Outro exemplo é o uso de chapa metálica automotiva em substituição às talas, na confecção de peneiras na região do Rio Trombetas (município de Oriximiná/PA), confira nas fotos da página seguinte.

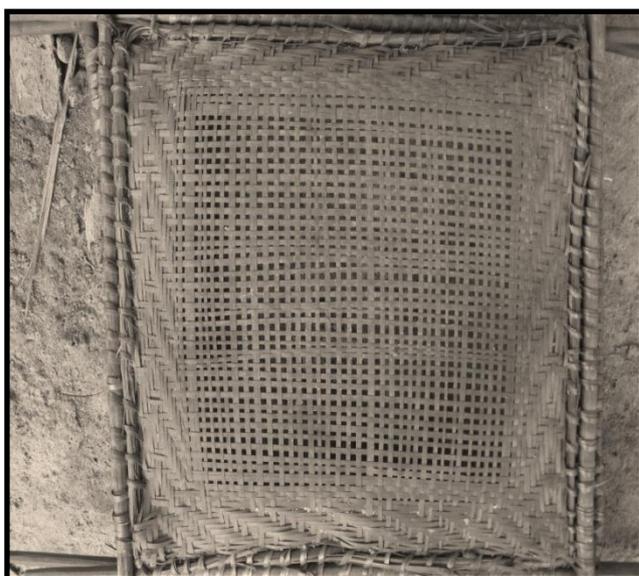




Foto: Adriana Russi



Foto: Adriana Russi



Peneira Tradicional



Peneira com tela metálica /Fotos: Marci Lucena 2010

A verdade é que a tradição não significa imutabilidade das coisas; antes o contrário, para que uma coisa sobreviva no tempo faz-se necessário a sua mudança. Como diz Paul Ricoeur uma tradição só se mantém viva graças a sua (re)interpretação. Por isso, hoje, alguns historiadores falam até em invenção das tradições, ou seja, como coisas, festas, ritos, expressões culturais que muitas vezes julgamos antigas, são o resultado de invenções recentes. Tudo isso nos mostra que a tradição tem relação com o processo intencional e seletivo do passado.

Política de preservação

Agora que já temos uma noção do que é patrimônio, vamos pensar as maneiras de cuidar desses bens tão importantes para a identidade de nossa comunidade, aquilo que faz com que a gente se sinta pertencente a um determinado grupo. No Brasil, o órgão oficial



federal responsável pela implementação das ações de preservação do patrimônio cultural denomina-se IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que adotou algumas estratégias e políticas distintas para cuidar dos diferentes tipos de patrimônio. Para o patrimônio material a prática é o **tombamento**, já para o patrimônio imaterial a prática utilizada é o **registro**. Mas como isso acontece?

Quando um bem é identificado como patrimônio material, por exemplo, edifícios, objetos e utensílios, o IPHAN realiza uma pesquisa aprofundada sobre que usos o patrimônio teve, que importância tem para a comunidade, como foi construído, por quem foi construído, enfim, as suas histórias. Depois de revelada a sua importância o patrimônio é **tombado** e inscrito em um dos **livros de tomo** do IPHAN. A partir desse momento o IPHAN torna-se responsável por garantir a integridade do bem, conservando-o e quando necessário restaurando-o. Isso quando o tombamento é federal. A mesma lógica funciona para tombamentos estaduais ou municipais cujos responsáveis são seus respectivos órgãos. Por exemplo no estado do Rio de Janeiro existe o INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural).

No caso do patrimônio imaterial o processo é um pouco diferente. É feito o **inventário** da prática, que é uma pesquisa detalhada sobre os fazeres envolvidos, os saberes agregados, a forma como é passado de uma pessoa a outra, as significações e a importância do elemento naquela cultura. Realizada essa pesquisa é avaliado se o bem é ou não passível de **registro** e, se a avaliação for positiva, o bem é registrado em um dos **livros de registro dos bens imateriais** do IPHAN que citamos na página 18.

Diferente dos objetos e edificações os bens imateriais são fluidos, subjetivos, dependentes das relações pessoais e comunitárias daqueles que mantêm aquela prática. Ao tomar um bem nos comprometemos a manter suas características intactas o que nas práticas culturais seria o mesmo que congelá-las no tempo, impossibilitar alterações, releituras, esvaziando essas práticas de sentido. A maneira encontrada pelo IPHAN para a preservação do patrimônio imaterial é de, após seu registro, traçar **planos de salvaguarda** – que consiste em elencar ações necessárias para o fomento da prática registrada. Isso pode ser observado no exemplo, à frente, das panelas de Goiabeiras.

Como os bens imateriais são fluidos, estão em constante transformação, o IPHAN definiu que, após dez anos do seu registro, será desenvolvido um novo inventário para avaliar se aquela prática ainda representa um patrimônio para a comunidade. No caso positivo o registro é mantido, sendo acrescentadas as possíveis alterações; no caso negativo, se a



comunidade não se sente mais identificada com a prática, o bem imaterial será retirado do livro de registro. Como essa política é do ano 2000 e o primeiro registro data de 2002, ainda não há bens revistos pelo IPHAN.

O IPHAN

Tratamos nessa parte da história dessa instituição e de como esteve atrelada às políticas nacionais de preservação. No início dos anos de 1930 vivíamos no governo de Getúlio Vargas. Os intelectuais assombrados pelos sucessivos “saques” que aconteciam em nosso patrimônio (roubo de objetos sacros, vendas de obras de arte para fora do Brasil, danos às edificações) mobilizaram-se e fizeram denúncias públicas. Além disso, o governo de Getúlio Vargas queria reforçar nossa identidade nacional através da escolha de determinadas práticas culturais e/ou monumentos.

Assim, em 1936 o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, contou com a ajuda do escritor e pesquisador Mário de Andrade para a criação de um órgão em nível federal que cuidasse de assuntos referentes à preservação do patrimônio o qual propôs a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), hoje **IPHAN**. A instituição deveria seguir alguns modelos já existentes na Europa, bem como deveria se preocupar com a publicação de textos para informar sobre os trabalhos realizados a respeito a preservação do patrimônio no Brasil. Embora o projeto original contemplasse as dimensões do tangível e do intangível (material e imaterial), somente a primeira vigorou. Em 1937 foi promulgado o Decreto lei nº 25 (30/11/1937) que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Durante os primeiros trinta anos deste órgão (SPHAN/DPHAN), dos quais Rodrigo Melo Franco Andrade esteve à frente da direção, a grande preocupação era listar o patrimônio artístico, histórico, arquitetônico e paisagem natural, de maior prestígio. Entre os propósitos estavam o de proteger alguns prédios e monumentos artísticos, que na ocasião estavam deteriorados. Dessa forma, formulou-se uma lei em nível nacional, não apenas com relação ao tombamento, mas também referente às consequências advindas deste processo, especialmente em propriedade privada. Durante toda essa primeira fase destacou-se somente a memória ou objetos que representavam o patrimônio da elite católica branca no Brasil. Esta concepção só mudou, efetivamente, a partir dos anos de 1970, quando foram retomadas, gradativamente, as concepções metodológicas propostas por **Mário de Andrade**.

Em 1967, sob a direção de Renato Soeiro e, posteriormente Aloísio Magalhães (1979), o órgão passou por uma segunda fase caracterizada pela centralização dos trabalhos da instituição em diretorias regionais.

Nos anos 1980 além do órgão de preservação foi criada também a Fundação Pró-Memória. A partir de então, o SPHAN passou a elaborar as diretrizes de atuação (direitos de acautelamento e proteção) ao passo que a Fundação Nacional Pró-Memória executou as ações de preservação no âmbito operacional. Todavia, em setembro de 1990 o decreto n.º. 99.492 transformou SPHAN em IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural).

Uma última mudança ocorreu em 1994, quando a Medida Provisória n.º. 610 de 08 de setembro transformou o IBPC em IPHAN novamente. Essa mudança significou o reforço da antiga tradição desse órgão voltado para a proteção de nosso patrimônio cultural, que nessa ocasião o aproximou das últimas diretrizes da UNESCO (2003) e, por conseguinte, aos princípios elaborados por Mario de Andrade, os quais buscavam tornar os cidadãos intérpretes de sua própria cultura. As mudanças ocorridas ao longo da história do IPHAN, acompanharam as mudanças políticas sofridas no Brasil; isso não causa estranhamento, pois

Saiba mais:

Mário de Andrade, foi um grande intelectual do período modernista no Brasil. Que idealizou políticas de patrimônio. Em janeiro de 1946 o decreto n.º. 8534 transformou o SPHAN em DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional).

O Decreto n.º. 66967, que transformou o DPHAN em **IPHAN** (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), consolidado em março de 1976, (Portaria n.º. 230). Em 1979, o **IPHAN** foi transformado em SPHAN (Subsecretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) pela lei n.º. 6757. Adiante, o decreto n.º. 84.396 de 1980 regulamentou a instituição da Fundação Pró-Memória.

- O SPHAN foi criado em base experimental e ficou com este status por oito meses quando então, em 30 novembro de 1937 foi considerado um órgão oficial por meio do decreto Lei n 25. Nesta época o órgão era ligado ao Ministério da Educação e Saúde.
- Na década de 1990, podemos notar certa decadência do instituto durante o no período do governo Fernando Collor, marcado pela falta de apoio aos assuntos culturais.
- As transformações ocorridas no último período (a partir da década de 1990) do IPHAN foram possíveis graças à pressão exercida pelos funcionários da instituição, os quais consideravam inaceitável o estado de sucateamento do IPHAN diante de sua enorme responsabilidade – preservar os elementos constitutivos de nossa identidade, com toda diversidade que ela apresenta –, bem como pela mudança de concepção acerca da definição de patrimônio ocorrida em nível internacional.





III. METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO



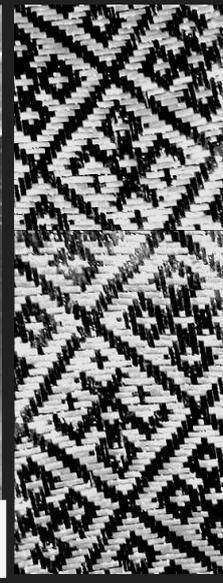
Foto : Marcus Bonato/ 2010



Foto: Débora Parente/ 2010



Foto: Celso Pitta / 2010



CAPÍTULO III

Após ler esse capítulo você terá condições de:

- ✓ Pensar casos concretos de educação para o patrimônio
- ✓ Entender a função do método
- ✓ Exemplificar o processo de patrimonialização
- ✓ Criar e elaborar projetos
- ✓ Trabalhar projetos na escola
- ✓ Definir os benefícios dos projetos

De bens culturais à referência cultural

Em geral, as políticas de preservação de patrimônio atêm-se às coisas, à matéria, deixando o valor atribuído aos bens, ou seja, seu valor cultural, sem a devida importância. Contudo, é o valor cultural atribuído a um bem que justifica seu reconhecimento como patrimônio, cabendo ao poder público exercer tutela no sentido de protegê-lo.

Um bem cultural distingue-se de um bem patrimonial uma vez que no primeiro, além do valor utilitário e econômico, prevalece também o valor simbólico. Já o bem patrimonial é intermediado pelo Estado. Possui determinada leitura, sua escolha decorre de

Segundo nosso Código Civil, o direito das coisas “(...) trata da coisa, enquanto valor econômico apropriável individualmente e de suas relações privadas.” enquanto que bens imateriais são considerados de valor não econômico, pois “(...) são irradiações da personalidade que, por não serem suscetíveis de medida de valor, não fazem parte de nosso patrimônio.” são, por isso, inapropriáveis.

(Maria Laura Cavalcanti & Maria Cecília Londres Fonseca. **Patrimônio imaterial no Brasil – legislação e políticas estaduais**. Brasília, UNESCO-Educarte, 2008, p. 38

seu valor simbólico, refere-se a uma identidade coletiva e tem em vista uma unidade política (município, estado, nação).

Como já mencionamos no capítulo anterior, os patrimônios imateriais, são pautados na vivência coletiva de determinada sociedade, como suas crenças, costumes, religiosidade e modos. Há uma prevalência do conceito de cultura num sentido antropológico. Um importante documento que conceitua patrimônio imaterial e orienta as estratégias de sua preservação é a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* da UNESCO de 2003.

“Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu próprio patrimônio cultural.”

A salvaguarda dos bens culturais de um local deve ocorrer de forma coletiva e voluntária, cabendo à sociedade decidir o que deve ou não ser preservado. A patrimonialização de um bem cultural acarreta no reconhecimento público sobre a importância deste bem e a intervenção do Estado com políticas de apoio à sua preservação. O processo de patrimonialização deve ser uma prática social produtiva, em que a sociedade deve participar. O valor intrínseco aos objetos patrimoniais faz parte do universo simbólico coletivo, cabendo ao poder público e à sociedade um trabalho conjunto para identificar as significações atribuídas e, se demandado, preservá-las.

As políticas de patrimônio funcionam melhor quando há de fato uma participação da sociedade nessa prática política. Cabe dizer aqui que a salvaguarda de uma significação não quer dizer sua estagnação, posto que:

“Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade.” UNESCO, 2003.

Etapas do método de educação para o patrimônio

Muitas são as experiências educativas voltadas à preservação do patrimônio cultural realizadas em nosso país e no exterior. No Brasil, algumas delas estão vinculadas às políticas e instituições de memória e realizam-se no âmbito de museus, casas de cultura, arquivos e bibliotecas ou órgãos como o IPHAN. Outras estão inseridas diretamente no cotidiano escolar.

A Educação Patrimonial é uma prática que se encontra nos limítrofes disciplinares. A nomenclatura **Educação Patrimonial** foi cunhada no Brasil em 1983 a partir de experiências realizadas no Museu Imperial de Petrópolis (RJ). Dessa experiência resultou a publicação de um *“Guia Básico de Educação Patrimonial”*, publicado em 1999 pelo IPHAN. Contudo, a prática da cultura material como elemento do processo de “alfabetização cultural” foi amplamente defendido muito tempo antes por Paulo Freire. Como afirmam Flávio da Silveira e Márcia Bezerra; na verdade o que há por trás das inúmeras experiências de projetos baseados



Foto: Adriana Russi 2010

nos bens patrimoniais é a inclusão da “visão do outro”, de uma ética de reciprocidade que situa o diálogo e a troca cultural como caminho possível.

Nossa proposição procura associar a prática da pesquisa em patrimônio às ações educativas na rede escolar. Vale salientar ainda que não temos a ideia redentora de conscientizar vocês, numa espécie de violência simbólica, nossa intenção é convidá-los ao diálogo. Dessa forma, essa *metodologia de educação para o patrimônio* parte de uma etapa inicial de pesquisa que segue a lógica dos inventários.

Realizado a partir da pesquisa de campo de caráter etnográfico, o levantamento do inventário congrega coleta de relatos orais, observações e registros audiovisuais. A partir da sistematização desse material, passamos para o trabalho efetivo com vocês educadores, buscando discutir temas centrais que articulam patrimônio cultural e educação. Mas afinal, onde está a diferença?

A etapa de formação continuada é a base para uma reflexão coletiva sobre a prática educacional e o saber local como elemento fundamental. Essa experiência já é multidisciplinar ou transdisciplinar, e ao sugerir uma abordagem de *Trabalhos por Projetos*, melhor explicado mais adiante; não damos “receita de bolo”. Ao contrário, a intenção é compartilhar nossas experiências e com isso dar certa instrumentalização para que cada um de vocês, com seus alunos, em suas comunidades façam da sua maneira!

Na base de tudo isso está o papel protagonista que tanto educador quanto educando assumem na condução das atividades. Além disso, trata também da inserção no dia a dia da sala de aula de temas preteridos tradicionalmente pelo currículo escolar. Assim, isso é um convite ao diálogo!

Exemplo: AS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS

No Espírito Santo, numa localidade chamada Goiabeiras foi realizado, pela primeira vez, esse processo de inventário, registro e salvaguarda. A gente vai resumir a história. Será que isso também poderia acontecer com sua comunidade?

Os capixabas têm um prato típico muito famoso, a moqueca capixaba: peixe cozido em temperos (cebola, tomate, coentro, alho, azeite e tintura de urucum), sem nenhum pingüinho d’água, só com o “suor” da comida. Tem um segredinho pra tintura não evaporar, outro segredo pra não grudar no fundo da panela: enquanto se cozinha, o fogo tem que estar sempre muito baixo. Pra acompanhar a moqueca os capixabas fazem arroz e



pirão da cabeça de peixe, com muito mais tempero porque nele leva água. Mas além da preciosa receita e dos acompanhamentos tem uma coisa muito importante. Para que esse prato seja considerado realmente capixaba ele deve ser preparado em panela de barro. E são panelas de barro especiais: as que são feitas pelas paneleiras de Goiabeiras.

O modo de fazer panelas vem de um saber muito antigo, passado de geração para geração. A argila é retirada sempre do mesmo barreiro e a casca de mangue vermelho, que dá coloração ao artefato, através da tintura de tanino, é tirada diretamente do manguezal. Também dois dos instrumentos necessários para fazer a panela são tirados do ambiente onde vivem: a cuia, que serve pra dar a forma curva à panela, e a vassourinha de muxinga, uma tala resistente que serve para tingir a panela depois que ela sai da queima. Outros instrumentos são utilizados também: um arco para dar acabamento, uma faca de metal pra tirar as impurezas do barro, uma pedra para polir e uma pinça pra tirar a panela do fogo. No processo de feitura não são usados torno e nem forno: as panelas são queimadas numa fogueira, direto no fogo e a panela só não racha porque a argila daquele barreiro tem uma composição boa pra isso. Para os mais antigos, eram as paneleiras que faziam tudo: tiravam o barro, a casca, carregavam pra casa, preparavam, queimavam e vendiam. Hoje as tarefas são mais divididas: tem o tirador de barro, o casqueiro, o escolhedor de barro, a paneleira, a alisadora e tirador de panela. Há um galpão onde é possível trabalhar umas 60 pessoas (entre paneleiras e auxiliares) e que na parte externa as paneleiras, que não têm espaço para queimar suas panelas em casa, podem utilizar para isso.

As paneleiras se tornaram tão importantes para a identidade cultural do Espírito Santo que se organizaram e montaram a Associação das Paneleiras de Goiabeiras, uma maneira que encontraram de lutar pela manutenção dessa prática. Mas porque elas deviam fazer isso? As panelas são tão famosas por todo o Brasil que muita gente que vai ao Espírito Santo quer comprar uma. Se o galpão não for bom e espaçoso o suficiente para fazer e vender fica difícil atender tanta procura. Com a urbanização a comunidade de Goiabeiras ficou entre uma importante estrada e o mangue: nem todas as famílias de paneleiras ainda podem ter um espaço no quintal para fazer suas panelas. O barreiro de onde é tirada a argila há décadas, hoje faz parte de um terreno da Estação de Tratamento de Esgotos, que não proibiu a extração da argila, mas de certa forma representa uma possibilidade disso acontecer. Os antigos chegavam ao mangue e ao barreiro andando uma parte a pé e outra de canoa, o que hoje não é mais possível fazer: é necessário passar por uma ponte da cidade ou pela estrada pra chegar até eles. E o barro não é infinito! Como

elas poderiam fazer as panelas se esse barro um dia acabar de tanto ser tirado sem nenhum cuidado?

Foi pensando nisso tudo que, em 2001, logo no início da Política de Preservação do Patrimônio Imaterial, a Associação das Paneleiras procurou o IPHAN para pedir cuidado com aquilo que elas faziam. Essa prática é importante para as pessoas que moram no Espírito Santo se sentirem ligadas ao seu território. Foi pedido ao IPHAN que fosse inventariado e registrado e, com isso, se pensassem formas da prática de fazer panelas receber apoio e de ter um plano para que ela continuasse acontecendo. A pesquisa foi realizada sobre cada detalhe que o fazer de panelas envolve e registrado no Livro dos Saberes do IPHAN. Foi publicado um pequeno livro todo ilustrado contendo a história coletada e a partir disso construiu-se um planejamento de ações para manter a prática viva: o plano de salvaguarda. Que tipo de ações?

- ✓ Projeto de educação ambiental para extração da matéria prima de forma menos agressiva;
- ✓ Planejamento de extração de argila de outros locais de maneira que se possa manter as características das panelas e o modo de fazê-las;
- ✓ Melhores condições de trabalho, distribuição e comercialização da produção;
- ✓ Acesso às políticas de saúde e previdenciárias às paneleiras e seus assistentes;
- ✓ Estratégias de preços e de certificação da origem dos produtos, evitando falsificações;
- ✓ Parcerias com instituições de apoio ao artesanato etc.

Para que essas ações sejam implementadas é necessário o compromisso do poder público em apoiar e dar continuidade às ações de manutenção dos bens registrados e para que isso aconteça é muito importante que a comunidade acompanhe continuamente e de maneira organizada a ação pública.

Mas afinal, como é possível trabalhar na escola com temas de patrimônio cultural ? Uma de nossas sugestões é que isso aconteça numa abordagem do processo ensino-aprendizagem através de trabalhos por projetos. Vamos entender melhor isso.

- ✓ - Projeto de educação ambiental para extração da matéria prima de forma menos agressiva;
- ✓ - Planejamento de extração de argila de outros locais de maneira que se possa manter as características das panelas e o modo de fazê-las;
- ✓ - Melhores condições de trabalho, distribuição e comercialização da produção;
- ✓ - Acesso às políticas de saúde e previdenciárias às paneleiras e seus assistentes;
- ✓ - Estratégias de preços e de certificação da origem dos produtos, evitando falsificações;
- ✓ - Parcerias com instituições de apoio ao artesanato etc.



Trabalho por projetos

Imagine uma família que more bem longe da cidade e dependa do salário de aposentadoria para o seu sustento. Uma vez por mês, algum membro desta família precisa se deslocar até a cidade para receber seu salário.

Como a viagem é longa e difícil, nada pode sair errado. Para que tudo transcorra dentro do previsto, é preciso planejar a ida: ver horário dos barcos, calcular o tempo da viagem, ficar atento ao horário do banco, separar os documentos necessários para a retirada do dinheiro e aproveitar a estadia na cidade para fazer as compras mais urgentes. Se alguma coisa der errado, é preciso buscar informações de última hora, afinal, o problema precisa ser resolvido. Não é possível voltar para casa sem o salário.

Elaborar um projeto de trabalho na escola é mais ou menos assim.

Se procurarmos em um dicionário o significado da palavra **projeto**, encontramos o seguinte:

Projeto, *s.m.* 1. Plano para realizar qualquer ato; 2. Empreendimento; 3. Redação provisória de lei, estatuto, etc.; 3. Plano geral organizado, gráfico e descritivo.

Partindo desses pressupostos, podemos definir **projeto** como: atividade organizada que tem por objetivo a resolução de um problema.

Os projetos de trabalho na escola

A proposta que inspira os Projetos de Trabalho é baseada no encontro de um conhecimento globalizado e de uma relação com a realidade na qual a escola está inserida.

Os Projetos de Trabalho podem dar um novo significado ao espaço de aprendizagem, transformando os alunos em sujeitos ativos, reflexivos, atuantes e participantes.

Segundo Fernando Hernández e Montserrat Ventura, trabalhar com Projetos é uma forma de organizar as atividades de ensino e aprendizagem em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seu conhecimento, dando-lhes a oportunidade de perceber que o conhecimento não é exclusividade de determinada disciplina.

A Pedagogia de Projetos permite aos alunos analisar os problemas, as situações, os acontecimentos, dentro de um contexto globalizante utilizando, para esse fim, os conhecimentos presentes nas disciplinas e as experiências socioculturais de todos os sujeitos envolvidos.



Trabalhar com projetos significa desenvolver atividades de investigação sobre uma questão que nos incomoda, desperta nossa atenção, excita nossa curiosidade.

Quem são os protagonistas na pedagogia por projetos?

ALUNO	PROFESSOR	INFORMAÇÃO
É o protagonista. Traz sua experiência de vida para a escola;	Também é protagonista. Auxilia na determinação do fio condutor.	É buscada e tratada de acordo com os interesses do grupo.
Expressa suas ideias e conhecimentos sobre o problema em questão.	Articula com a comunidade escolar a relação do problema com a realidade da escola.	Complementa e amplia as informações iniciais.
Auxilia na resolução do problema.	Elabora hipóteses, sugere pesquisas, faz a mediação do processo, estabelecendo as ligações com o global.	Auxilia na comparação de pontos de vistas iniciais para a revisão do problema.
Ganha autonomia na produção do seu conhecimento.	Provoca um clima de interesse visando o envolvimento de todos os participantes.	Provoca novas questões.

Os projetos de trabalho proporcionam ao professor a oportunidade de experimentar novas formas de avaliação:

Interna – O que se aprendeu? Como se aprendeu?

Externa – Estabeleceu relações, comparações e seleções? O projeto proporcionou ao grupo novas possibilidades e novas perspectivas?

Quais os benefícios do trabalho por projetos?

Os trabalhos por projetos podem proporcionar uma dinâmica de “ir” e “vir”, em que os conteúdos vão sendo vistos de forma mais abrangente e aprofundada, dependendo do conhecimento prévio e da experiência cultural dos alunos, tornando possível:

- ✓ significar aquilo que se aprende, pois parte de situações relacionadas ao cotidiano do grupo;
- ✓ produzir sentidos para a experiência vivencial do aluno, pois ele está envolvido no processo;
- ✓ possibilitar uma abordagem multidisciplinar e transdisciplinar;
- ✓ fazer alusão a episódios vividos;



- ✓ criar oportunidades de participação de todos os alunos, diminuindo as diferenças entre eles;
- ✓ proporcionar a descentralização do material utilizado – a pesquisa é realizada a partir de várias fontes;
- ✓ facilitar a comunicação – o conhecimento deve estar disponível e acessível a todos.

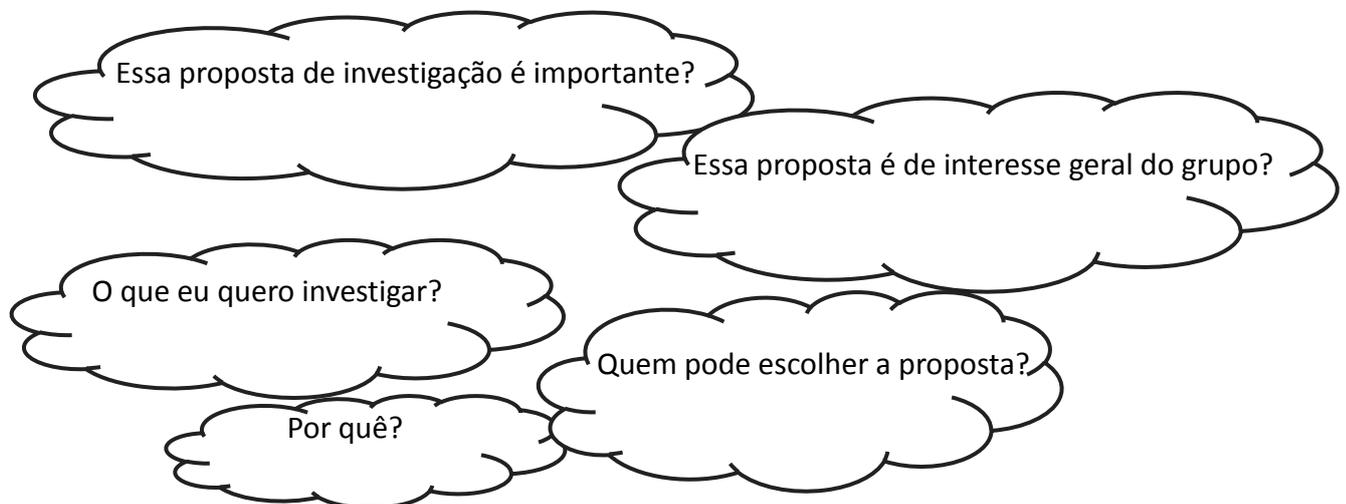
Além dessas possibilidades, podem despertar no grupo comportamentos:

Procedimentais – regras, técnicas, métodos, habilidades, estratégias e procedimentos em busca da realização de um objetivo comum.

Atitudinais – agrupa valores e atitudes, promove tomada de consciência, respeito ao grupo, formulação de hipóteses de interesse comum, respeito à diversidade, autonomia e cooperação.

Já exploramos conceitos sobre Projetos de Trabalho. Como podemos começar a elaborar nosso Projeto?

O ponto de partida para a definição de um projeto é a escolha do tema. Neste momento, algumas questões devem ser colocadas:



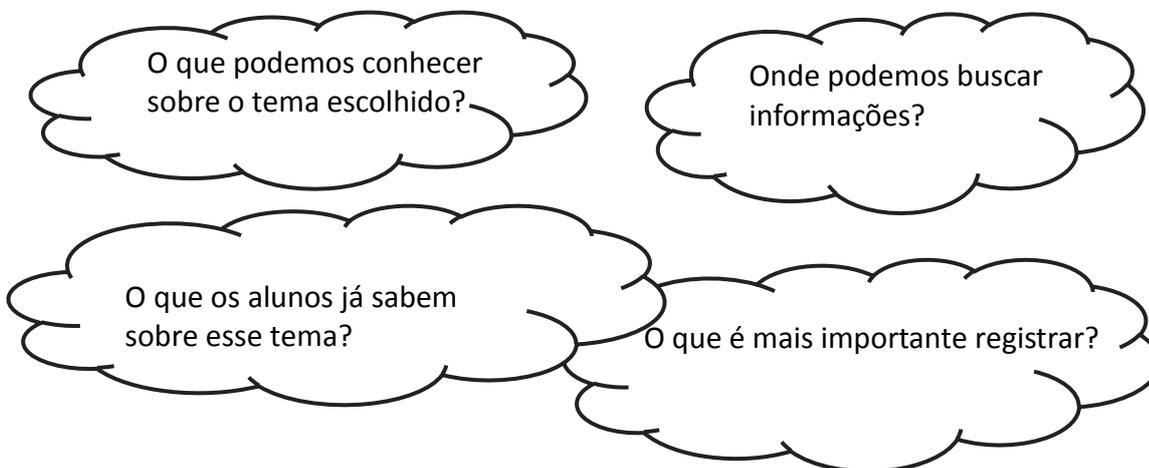
Nesta fase, as sugestões podem surgir de um aluno, de um grupo de alunos, de toda a turma, do professor, da escola ou da comunidade.

O importante é que o professor perceba a relevância da proposta e provoque o envolvimento de todos os interessados. É preciso garantir que o problema ou a hipótese colocada passe a ser do interesse de todos, só assim os alunos se sentirão motivados a participarem do processo. Essas provocações podem surgir a partir de questionamentos

sobre o cotidiano, histórias de vida e de conceitos que merecem ser aprofundados. Além disso, é importante que a proposta seja relevante.

Já escolhemos o tema. E agora, o que faço?

Após a escolha do tema, o primeiro passo é a elaboração das hipóteses de trabalho:



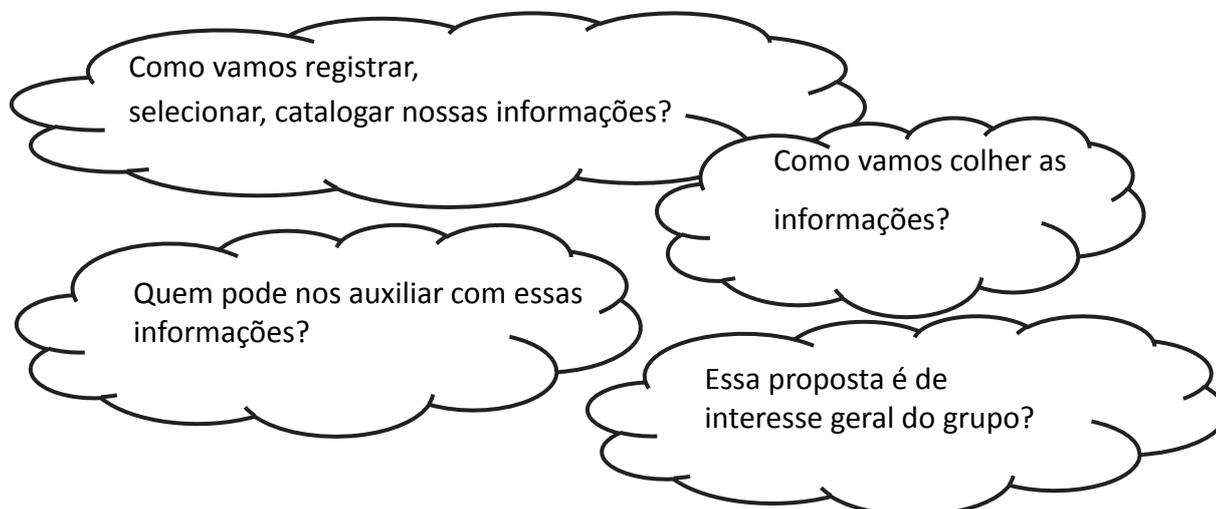
Nesta fase, o professor pode sugerir algumas formas de pesquisa:

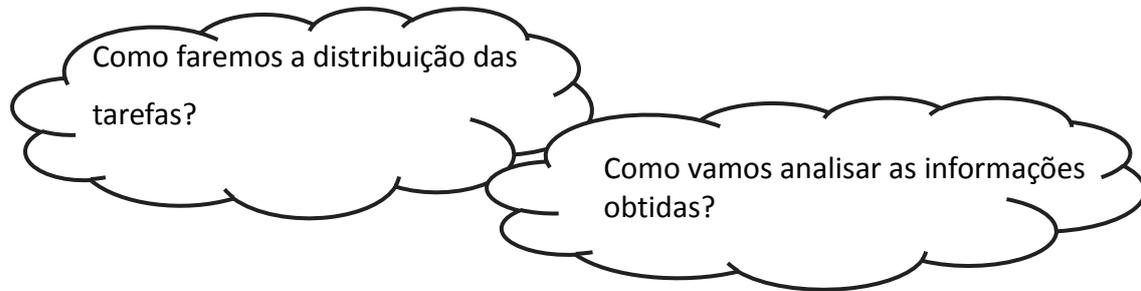
- ✓ Entrevistas – elaborar um roteiro, analisar os resultados e registrar tudo.
- ✓ História oral – conversas com pessoas da comunidade.
- ✓ Busca em documentos.
- ✓ Observação de situações cotidianas.

Como vou desenvolver meu projeto?

Nesta fase, é necessário criar estratégias de trabalho para que não se perca o foco.

Algumas perguntas podem auxiliar:





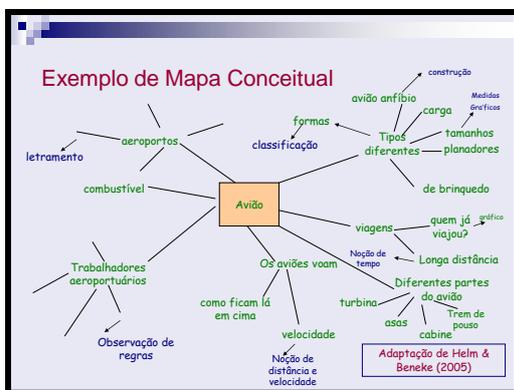
Já criamos nossas estratégias.

Agora é necessário pensar em tratar as informações e sintetizar todo o material.

Como vamos registrar tudo o que foi

pesquisado e aprendido?

A síntese consiste na sistematização de tudo o que foi coletado e aprendido pelos alunos. O professor pode orientar a construção de esquemas (**mapas conceituais**) para que os alunos possam visualizar todas as etapas do projeto.



É importante a produção coletiva de

relatórios e textos relacionados às diferentes etapas do projeto. Além dos relatórios, o professor pode sugerir a produção de **portfólios**.

Após as atividades de registro, é necessário

que todas as informações sejam expostas e o resultado da investigação seja compartilhado com toda a comunidade envolvida. Esse compartilhamento pode ser através de exposição de fotos, dos textos produzidos, conversas com os alunos e a comunidade, etc.

Portfólios

Podemos comparar os portfólios a álbuns de fotografia ou diários. Quando fazemos álbuns de fotografia costumamos escolher as melhores fotos, as fotos mais interessantes ou aquelas mais significativas. O mesmo acontece com os portfólios: escolhemos “coisas” do desenvolvimento do projeto para registrar nosso aprendizado. Podem ser textos, ilustrações, mapas, fotos etc. Fica parecido com um diário.

Além dessas atividades, é importante que o professor avalie a participação individual de cada aluno: o que aprendeu e como trabalhou? Nesse momento, pode ser proposta uma auto avaliação.

PRA ENCERRAR A CONVERSA

Como dissemos no início desse Cadernos de “Cultura e Educação para o Patrimônio” procuramos um formato que possibilitasse diferentes formas de leitura. Depois de nosso encontro, das leituras que vocês fizeram e de nosso diálogo queremos lhes fazer um outro convite.

E é com esse convite que gostaríamos de encerrar nossa conversa sobre educação para o patrimônio. Seria muito bom que vocês, em suas escolas, com seus alunos e comunidades, pensassem em diferentes maneiras de implementar essa prática educativa.

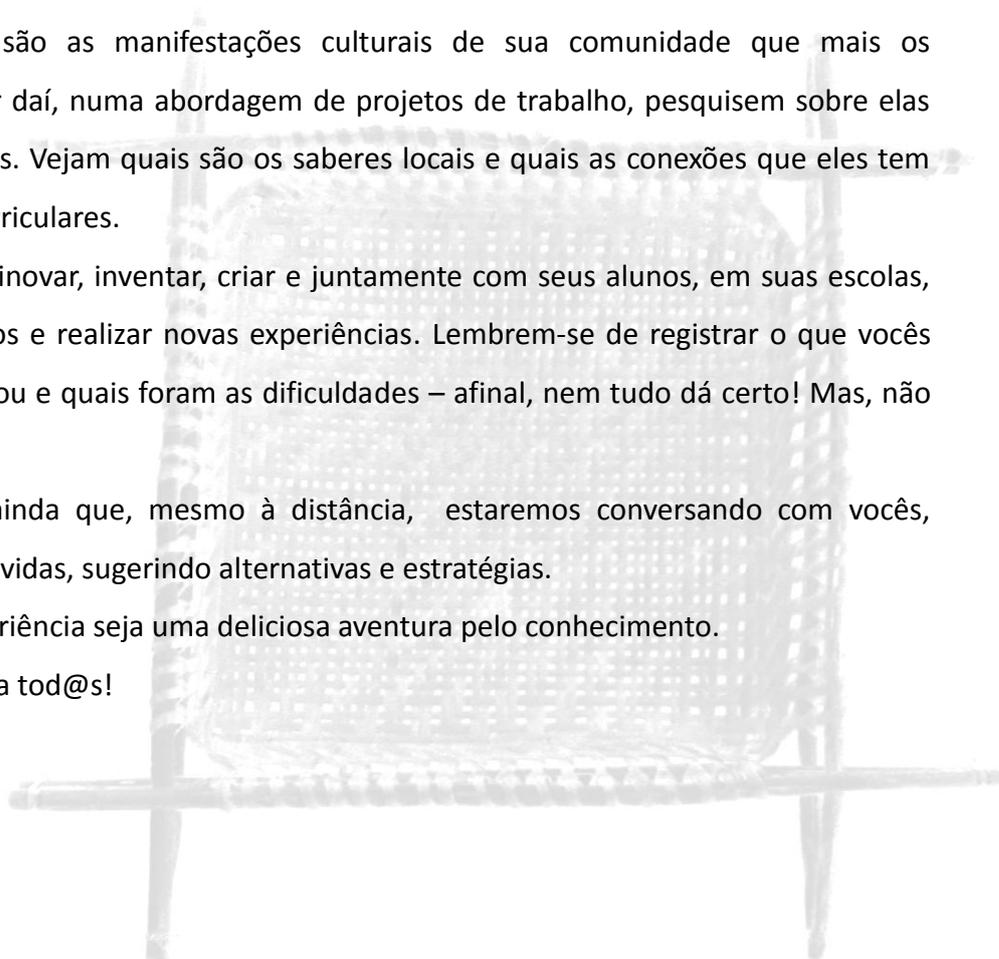
O convite é para que vocês exercitem o “olhar”, num sentido amplo. Percebam em seu contexto quais são as manifestações culturais de sua comunidade que mais os representam. A partir daí, numa abordagem de projetos de trabalho, pesquisem sobre elas junto com seus alunos. Vejam quais são os saberes locais e quais as conexões que eles tem com os conteúdos curriculares.

Vocês podem inovar, inventar, criar e juntamente com seus alunos, em suas escolas, trilhar novos caminhos e realizar novas experiências. Lembrem-se de registrar o que vocês fazem, o que funcionou e quais foram as dificuldades – afinal, nem tudo dá certo! Mas, não desistam.

Lembrem-se ainda que, mesmo à distância, estaremos conversando com vocês, auxiliando, tirando dúvidas, sugerindo alternativas e estratégias.

Que essa experiência seja uma deliciosa aventura pelo conhecimento.

Bom trabalho a tod@s!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

FERREIRA, Beltrão Jane Felipe e ECKERT, Cornélia. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

FRIKEL, Protásio. **Os Kaxuyana: Notas etnohistóricas**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Publicações avulsas nº 14. Belém: Ed. MPEG, 1970.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HERNÁNDEZ, F. e VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho- o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Abreu: Artes Médicas, 1998.

HORTA, Maria de Lourdes Paneiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Ariadne Queiróz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *“O espírito e a matéria – o patrimônio enquanto categoria de pensamento”*. In: **Antropologia dos objetos – coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, Garamond, 2007, p. 107-116.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura – um conceito antropológico**. 15ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

LONDRES, Cecília. **Celebrações e Saberes da Cultura Popular: Pesquisa, inventário, crítica, perspectivas**. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos 10, Ed. FGV, RJ, 1992.

Ricoeur, Paul. **Conflito das Interpretações – Ensaio de hermenêutica**. Lisboa. RES, 1988.

SILVA, F.F. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Editora Petrópolis USP, 2003.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu de e BEZERRA, Márcia. **Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas**. In: LIMAFILHO, Manuel. FERREIRA, Beltrão Jane Felipe e ECKERT, Cornélia. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

OUTROS:

Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. UNESCO. 2003.

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0

